



# Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 121.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983.  
(QUINTA-FEIRA.)

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Antônio-Anibelli e Erondy Silvério. -

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 212/83 que Trata da autorização para a padronização das identidades estudantis, com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º, graus, UPES.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Antônio Anibelli, Nestor Baptista, Gernote Kirinus e José Antônio Fonseca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no requerimento Interno, preferência de discussão para o Projeto de Lei n.º 182/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta, capital, da senhora HERMINIA BINEK SHULTS MACHADO, esposa do senhor Sebastião Machado e progenitora do funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente adido nesta Casa, Ivo Machado.

REQUER, outrossim, que o pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo ao senhor APOLLO TABORDA FRANÇA pelo lançamento do livro "O Nosso Alfabeto".

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao ilustre trovador.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em ata em voto de louvor ao doutor Heitor Borges de Macedo pelo lançamento de seus livros: "Rememorando curitiba" e "Os Meus 90 Anos."

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao ilustre escritor.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) Ervin Bonkoski

#### JUSTIFICATIVA:

Falar de Heitor Borges de Macedo é falar de Curitiba. Suas histórias revelam o passado da cidade.

Educador enérito, médico, escritor, poeta e desenhista, enveredou por vários campos da atividade humana.

Sua vida tem sido um exemplo de dedicação. Sua obra atesta os imensuráveis serviços prestados à comunidade paranaense, não só como profissional liberal, mas também como artista e literato.

A variedade das composições de Heitor Borges de Macedo demonstra sua alta sensibilidade artística.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de aplausos ao Conselho Regional de Economia, extensivos ao Conselho Federal de Economia e Federação Nacional dos Economistas, pela realização do 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, em realização em nossa Capital no período de 15 a 18 de novembro do corrente.

Tal evento contou com a participação de ilustres economistas de nosso País, tais como; Maria da Conceição Tavares, Rômulo Barreto de Almeida, Carlos Lessa, Luciano Coutinho e Celso Furtado, entre outros, centralizando nas palestras o tema central do Congresso - A CRISE DA ECONOMIA BRASILEIRA, mostrando o elevado grau de conscientização da classe diante da atualidade brasileira, expressa por uma inflação galopante pelo custo de vida em elevação acentuada, pelo poder aquisitivo da moeda em declínio, pela recessão econômica, pela estrutura da produção essencialmente voltada para o mercado interno, gerando tantos e tão graves problemas e desequilíbrios estruturais e conjunturais da realidade brasileira, abrangendo todos os aspectos da vida social.

Pela importância do tema trazido ao debate, os congressistas tiveram a visão global e uma discussão conjunta para sistematização dos verdadeiros caminhos para libertarmos definitivamente dos problemas políticos, econômicos e sociais que caracterizam a nação brasileira, no momento.

Outrossim uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Conselho Regional de Economia 6.ª Região / Paraná, à Federação nacional dos Economistas e ao Conselho Federal de Economia.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através da Secretaria de Estado da Administração, ao excelentíssimo senhor diretor superintendente do Instituto de Previdência do Estado IPE, o seguinte pedido de informações:

1 - O prédio no Juvevê, cuja aquisição está em estudos pelo IPE, a quem pertence, e em caso de se tratar de pessoa jurídica, qual a relação completa de seus acionistas?

2 - Quais os proprietários das propriedades confrontantes com o imóvel em questão?

Sala das Sessões. em 17/11/83.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado abaixo-assinado na forma regimental e após ouvido o Plenário, REQUER, seja oficiado a excelentíssima senhora professora Gilda Poli da Rocha Loures, solicitando sejam tomadas as providências cabíveis visando a instalação, na cidade de Ponta Grossa, de um CENTRO DE ENSINO SUPLETIVO.

O Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação está desenvolvendo excelente trabalho no Paraná e, recentemente, instalou em Curitiba um Centro de Ensino Supletivo. A característica fundamental dessa nova instituição escolar é que o aluno basicamente não necessita frequentar aulas. Recebe módulos das diversas matérias que integram os 1.º e 2.º graus, podendo estudá-los em casa e quando se julgar apto poderá, a qualquer tempo, prestar exames através dos quais serão aferidos seus conhecimentos.

O sistema beneficia diversas faixas da população, especialmente os mais carentes.

Além de permitir que as pessoas concluam os estudos de 1.º e 2.º graus, atualmente estão sendo ofertados dois cursos profissionalizantes.

Ponta Grossa é um centro urbano e cultural dos mais importantes do Paraná e centenas de jovens não têm condições de frequentar normalmente os cursos supletivos tradicionais em virtude do trabalho e também em razão de não possuírem recursos para diariamente se locomoverem de ônibus de seus bairros até o centro da cidade, onde funcionam tais cursos.

A implantação do CENTRO DE ENSINO SUPLETIVO beneficiará esses jovens, abrindo-lhes novos horizontes.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

## REQUERIMENTO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças objetivando a liberação de combustível para o parque de máquinas da Administração Municipal de Juranda.

O município de Juranda vem enfrentando diversas dificuldades em decorrência da crise porque passam todos os municípios brasileiros, mas especialmente por ter se tornado município há pouco tempo, não possuindo portanto uma estrutura mínima de administração, comprovada pela falta de recursos financeiros até mesmo para a compra de combustível, especialmente para máquinas que servem para assegurar a conservação das estradas de leito natural por onde são escoados os produtos agrícolas, sustentáculo econômico do município.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado das Finanças, o pronto atendimento, liberando a importância de Cr\$ 20.000.000,00, atendendo a iniciativa do excelentíssimo senhor Diemes Amadei, prefeito municipal de Juranda.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a criação e implantação de um Posto de Saúde no distrito de Alto São João, pertencente à municipalidade de Roncador.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Joaquim Rodrigues da Silva, vereador da Câmara Municipal, este afirma a necessidade urgente de se criar e instalar um posto de saúde naquele distrito, tendo em vista que o crescimento do contingente populacional que já está por atingir a casa dos cinco mil habitantes, procurando eliminar os problemas decorrentes da necessidade dos moradores que têm de se deslocar até a sede do município do Roncador.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a tomada de medidas que se dirijam no sentido de possibilitar a concretização do proposto.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, para que sejam enviados materiais para atendimentos médico geral, bem como a realização de estudos objetivando a melhoria nas instalações dos Postos de Saúde existentes na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A comunidade de Engenheiro Beltrão necessita de uma revisão no sistema de atendimento médico dos Postos de Saúde, principalmente no que diz respeito à assistência de caráter preventivo e primeiros socorros, tendo em vista que esse procedimento em outras localidades do Brasil tem permitido uma maior conscientização da população, diminuindo em algumas regiões consideráveis índices de deficiência do setor. Ademais, a estrutura de atendimento público em termos de saúde, hoje naquela cidade necessita de um redirecionamento, procurando adequá-lo a uma nova realidade sócio-econômica.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a execução de medidas que possibilitam assegurar uma nova realidade no setor de saúde no município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja autorizada a realização de estudos objetivando avaliar a possibilidade de se criar e instalar um escritório da COPASA- Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, bem como uma unidade armazenadora, no município de mamborê.

Grande parte dos cem mil produtores rurais deste Estado, estão atualmente sem poder contar com os silos de armazenagem mais acessíveis à formação de estoque dos produtos agrícolas, sendo que tais unidades existem, mas no entanto, estão em sua maioria, apenas disponíveis aos grandes proprietários de áreas neste setor, tendo como comprovação dessa conjuntura, a COPASA respondia em 1982 com apenas 19,7% e as cooperativas por 80% sendo as mesmas possuíam apenas 31,6% de unidades de armazenamento e silagem.

É sabido que a produtividade não apenas deste Estado, mas de qualquer lugar,

não depende somente de plantio (técnicas de preparo e conservação do solo e tratos culturais) e da colheita, (tecnologia e época adequada), mas também a conservação dos produtos, provenientes da colheita.

Hoje a realidade agrícola aponta este problema a ser superado como forma de avançar no campo tecnológico e conseqüentemente, permitirá o aumento da produção.

Neste aspecto, como forma de se caminhar para a concretização destes objetivos, é preciso que sejam colocados em prática uma estrutura mais próxima do campo agrícola, tais como a criação de um escritório da COPASA, assim como um armazém no município de Mamborê, atendendo a uma das maiores regiões produtoras de diversos cultivos deste Estado e do Brasil.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a liberação de recursos a serem aplicados na recuperação de cerca de 98Km de rodovia através de cascalhamento, na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Encontram-se atualmente em péssimas condições de tráfego diversas vias de acesso a Engenheiro Beltrão, em face das diversas intempéries climáticas, contribuindo para que muitas vezes sejam verificados diversos transtornos.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de estado dos Transportes o pronto atendimento dessa reinvidicação, contribuindo para a eliminação dos problemas ora relatados.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente da SANEPAR-Saneamento do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, objetivando apoio tecnológico e financeiro para implantação da rede de água em conjunto a ser construído na municipalidade de Goioerê.

Destaca-se hoje inegavelmente em diversas localidades do Brasil, a construção de residências através do sistema de mutirão, com o propósito de fazer frente as crises atualmente vividas pela população sem condições, que entre outras coisas,

não pode em sua maioria, adquirir uma casa, face a política distante dos interesses, citando a título de exemplo, a metodologia do Banco Nacional de Habitação.

Na cidade Goioerê tal filosofia pretende-se adotar o mais rápido possível, por parte de diversos habitantes, tendo os mesmos recebidos a imprescindível ajuda do senhor Wladimir Scarpari que doou uma área com capacidade de construção de cerca de cem casas.

Neste sentido a fim de possibilitar a imediata execução de tais obras, torna-se necessário o devido apoio dessa Secretaria de Estado do Interior, no que tange a tecnologia e recursos financeiros, capazes de assegurar uma infra-estrutura condizente com os padrões de moradia.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam realizados estudos objetivando a criação e instalação do segundo grau no distrito de Rancho Alegre pertencente a municipalidade de Goioerê.

O distrito de Rancho Alegre, pertencente ao município de Goioerê, apresentou nos últimos tempos, considerável crescimento sócio-econômico, sendo necessária a adoção de uma política voltada fundamentalmente para esta nova realidade, notadamente no que tange à área educacional. É sabido que a reorganização do ensino de segundo grau, ampliando o seu alcance, são algumas das diversas metas traçadas por essa Secretaria de Estado da Educação. A esse respeito, a comunidade de uma maneira geral vem há muito tempo reivindicando a criação e instalação de um ensino a nível de segundo grau, com a implantação de cursos de acordo com a conjuntura daquela coletividade.

Pelas razões ora discorridas, espera-se a tomada de medidas que possam assegurar a concretização do proposto, evitando os transtornos decorrentes da necessidade dos alunos terem de estudar em outras localidades distantes.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao magnífico reitor da fundação Universidade Estadual de Maringá, professor Paulo Roberto Pereira de Souza, que respeitado as normas que disciplinam as

assinaturas de convênios de tal ordem, o mesmo em contato com o DETRAN, procure sanar o impasse criado pelo fechamento do Posto de exames psicotécnicos de Campo Mourão-Pr.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a sua excelência o senhor ministro dos Transportes, Cloraldino Soares Severo, solicitando urgência na conclusão da pavimentação da BR-153, no trecho compreendido entre a rodovia do Café e a cidade de Tibagi.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a sua excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando naquela Secretaria de Estado, o asfaltamento do trecho da rodovia PR-340, entre as cidades de Tibagi e Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### JUSTIFICATIVA:

As recentes enchentes em nosso estado, que ocasionaram a interrupção da rodovia do Café onde está situada a ponte sobre o rio Barrinha, provam o valor da rodovia citada para o plano rodoviário paranaense, criando alternativas indispensáveis na malha viária do Estado. O asfaltamento em questão viria ainda a beneficiar os agricultores e pecuaristas da região que sofrem as dificuldades de acesso às cidades de Tibagi e Telêmaco Borba.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, doutor Erasmo Garanhão, solicitando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná em Lidianópolis, distrito de Jardim Alegre.

Sala das sessões, em 17/11/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O grande desenvolvimentismo econômico e social experimentado por Lidianópolis nos últimos anos justificam a instalação dessa agência bancária.

Por outro lado, tal agência tem sido objeto de reivindicação já há alguns anos pela comunidade. O seu atendimento virá de encontro aos anseios comunitários daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento ligando Congoinhas a São Jerônimo da Serra.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento dos nobres pares, encontra-se em fase de construção a rodovia do Cerne que faz a ligação norte-sul, antiga aspiração de todos o povo do Paraná.

A ligação de Congoinhas - São Jerônimo da Serra viria dar sequência à rodovia Cornélio Procópio - Congoinhas, conectando-se à referida rodovia do Cerne.

Toda a região teria maior facilidade quando demandasse à capital do Estado e vice-versa, inclusive, facilitaria o escoamento das safras agrícolas que convergem todos os anos para o porto de Paranguá, além de desafogar o tráfego pesado da rodovia do Café.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento de acesso ao distrito do Rio do Peixe à PR-435 que liga congoinhas a Ibaiti no Norte do Estado, numa extensão de 500 metros.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho Congoinhas Ibaiti encontra-se hoje ligado por estradas com pavimentação asfáltica, não justificando que a população de aproximadamente 2.000 pessoas que residem no referido distrito, permaneçam, por apenas 500 metros, com dificuldade para atingir a mencionada rodovia.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor diretor presidente do Banestado S.A., através da Secretaria das Finanças, encarecendo as

medidas cabíveis e necessárias para reativação da Regional do Órgão Financeiro, na cidade de Campo Mourão, recentemente desativada, vindo trazer enormes prejuízos para a produtiva região que ela dava respaldo econômico.

Sala das Sessões, em 17/11/83

(a) AUGUSTO CANRNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

Decantar aqui os valores sócio-econômicos da Microrregião 12 - COMCAM, onde Campo Mourão é a principal cidade, seria um pleonismo, pois pela sua pujança, pela sua projeção nacional, ela mesmo se faz valorizar, quando outros que não a conhecem ou fingem não conhecê-las, tentam desvalorizá-las, tirando-lhe sem maiores explicações serviços de alcance público, que certamente lhe será prejudicial.

Ao requerermos hoje, a reativação da Regional Banestado S.A. em Campo Mourão, é porque por longa data, conhecemos o seu trabalho e quanto ela foi mola propulsora do progresso já citado.

Se requerermos a reparação dessa injustiça com 420.417 habitantes da Microrregião, é porque sabemos que a existência da Regional criou-se o aumento de teto de crédito de imediata decisão e facilitava a movimentação de papéis, diminuindo o fluxo paralisador da burocracia, pois seu gerente dentro das limitações estabelecidas, tinha poder para resolver a curto prazo o crucial problema do nosso agricultor, para o comerciante e o pequeno industrial, já tão espezinhados com o arrocho fiscal e o desincentivo à produção com a política econômica asfixiante, agravada agora com atitude injusta para com a Microrregião, cujos homens que trabalham e geram riquezas para obterem um pequeno financiamento, terão que aguardar dias e mais dias, até que a central decida.

Com isto posto, senhor diretor, conhecedores do seu bom senso de homem público, amplamente vivido com os problemas do interior, esperamos com convicção, o reparo da medida.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor governador do Estado, solicitando que o mesmo, junto aos órgãos competentes e envolventes do convênio, bem como respeitando as normas que disciplinam a matéria, sejam tomadas as cabíveis providências no sentido de reativar o Posto de Exames Psicotécnicos da cidade de Campo Mourão-Pr.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

É sabido que Campo Mourão é centro polarizador de uma vasta região produtiva,

mais propriamente, sede da Microrregião 12 - COMCAM, que congrega 20 importantes municípios, num total de 11.366.917 Km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 420.417 habitantes, e por ser importante entroncamento rodoviário, é notório o número de veículos e seus conseqüentes condutores, sendo que são esses os diretamente prejudicados com tal medida que agora vêm-se obrigados a deslocar para cidades distantes, perdendo tempo e combustível.

Confessamos que nos são desconhecidas as causas que culminaram com a situação onerosa da Microrregião.

Não sabemos se por atitude da parte que conveniou ou conveniada, o que urge, são medidas prontas para o impasse.

Se por ventura não houver possibilidade de reativar o convênio original, poder-se-ia tentar um novo convênio com a FUNDESCAM, cuja sede é na cidade de Campo Mourão.

Pelo valor que representa a solução do problema, esperamos que ela venha tão logo que possível e necessária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve REQUER regimentalmente que, após ouvido o competente Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor diretor do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, doutor Francisco Deliberador Neto, encarecendo, respeitadas as normas que disciplinam a matéria, as cabíveis soluções do impasse criado com paralisação do convênio com a Universidade Estadual de Maringá, para a execução de Exames Psicotécnicos na cidade de Campo Mourão - PR através da Secretaria de Segurança Pública reativando o citado convênio ou viabilizando um novo convênio diretamente com a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

É sabido que Campo Mourão é centro polarizador de uma vasta região produtiva, mais propriamente, sede da Microrregião 12 - COMCAM, que congrega 20 importantes municípios, num total de 11.366.917 km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 420.417 habitantes, e por ser importante entroncamento rodoviário, é notório o número de veículos e seus conseqüentes condutores, sendo que são esses os diretamente prejudicados com tal medida, que agora vêm-se obrigados a deslocar para cidades distantes, perdendo tempo e combustível.

Confessamos que nos são desconhecidas as causas que culminaram com uma situação onerosa para a Microrregião.

Não sabemos se por atitude da parte que conveniou ou conveniada, o que urge, são medidas prontas para o impasse.

Se por ventura não houver possibilida-



de de reativar o convênio original, poder-se-ia tentar um novo convênio com a FUNDESCAM, cuja sede é na cidade de Campo Mourão.

Pelo valor que representa a solução do problema, esperamos que ela venha tão logo que possível e necessária.

Projetos de Lei:

**PROJETO DE LEI N.º 220/83.**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - É considerado de utilidade pública o GRÊMIO DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O grêmio dos moradores do parque residencial fazendinha, cujo estatuto anexamos a este projeto, demonstra suas finalidades, estar a merecer o reconhecimento como de utilidade pública, o que lhe propiciará oportunidade de exercitar ainda melhor a sua diretriz.

**PROJETO DE LEI N.º 221/83.**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "Centro de Promoção Humana Integral de marilandia do Sul" - CEPRHIMS - com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O CEPRHIMS é uma sociedade civil, sem fins lucrativos de caráter beneficente, inspirado nos princípios cristãos de solidariedade humana tendo por finalidade:

1) Formar pessoas na busca de solução para os problemas que defrontam as famílias carentes;

2) Promover cursos de formação profissional para homens e mulheres e de orientação com o intuito de criação de clubes de mães;

3) Assistir a menores carentes em regime de semi-internato e externato, nos centros de formação na comunidade, devidamente criados para esse fim;

4) Prestar assistência aos indigentes, inválidos e doentes em regime de albergue.

Com o exposto, apresentamos o presente Plano de Lei, que por certo irá contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Augusto Carneiro, no horário da liderança do PDS.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho a honra de ser um dos representantes da Microrregião 12, da região de Campo Mourão nesta Casa. E é representando uma parcela ponderável de gente daquela região, que ocupo a tribuna para registrar aqui e ao final requerer medidas de fatos que a sociedade daquela região vem reinvidicando.

Tivemos ciência a alguns dias de que lamentavelmente, Campo Mourão perde a regional do Banco do Estado.

Tenho recebido, constantemente, apelo das associações de classes, das cooperativas, da Associação da Indústria e do Comércio daquela cidade, pedindo a nossa intervenção na tentativa de recuperar o que o atual governo fez com que Campo Mourão perdesse.

Uma microrregião é uma cidade que têm, no decurso do tempo, lutado com veemente esforço para adquirir posições.

Campo Mourão desde que se emancipou como município, vem pelo esforço da sua gente, das suas lideranças políticas, da sua sociedade representada nos mais variados segmentos numa luta incessante para conquistar posições.

E foi nesse trabalho que Campo Mourão conquistou um batalhão da Polícia Militar; uma delegacia Regional de Polícia Civil; uma Delegacia de Receita do Estado; um núcleo regional de Ensino; uma Regional do Banco do Estado; um posto para exames psicotécnicos para que pudesse atender a gente daquela região.

E lamentavelmente, senhores deputados, tivemos ciência de que Campo Mourão acaba de perder duas grandes conquistas.

A primeira é a regional do Banco do Estado. E esta regional no atendimento nosso está sendo suprimida sem dar uma justificativa plausível. Porque, se fosse para o Estado, ou o Banco do Estado, fazer economia com a extinção destas regionais nós até poderíamos atender como justa em função das dificuldades que enfrentamos.

Mas, nós sabemos de que estas regionais estavam e as que ainda estão em exercício, sendo geradas pelos funcionários efetivos do Banco e, conseqüentemente, na desativação destas regionais, estes funcionários continuarão percebendo do Banco do Estado, porque, são efetivos e encostados em posições em que não produzem naturalmente.

Então, em função da Regional do Banco

do Estado, estamos encaminhando para apreciação do Plenário desta Casa, um requerimento de apelo ao presidente do Banco do Estado, através da Secretaria competente, para que estude a possibilidade de reativar a regional do Banco do Estado daquela região, pois assim restaurará a garantia e a segurança do progresso daquela região que tanto tem contribuído para a grandeza e progresso do Paraná. Com referência ao posto de exame psicotécnico nós tivemos ciência e não sabemos exatamente a razão. Mas, sabemos que foi desativada. O que com esforço, com luta, com trabalho de todos os segmentos sociais daquela cidade, Campo Mourão conquistou e não é verdade e não é uma conquista absoluta de Campo Mourão, porque o posto de Exames psicotécnicos que ali funciona, ou funcionava, era um posto que atendia todo o vale do Piquivaí, desde as barrancas do rio Ivaí até o Piquiri.

Toda aquela comunidade, que são mais de 0,5 milhão de habitantes que se serviam daquele posto psicotécnico e que agora, com a extinção ou desativação dele, terão que viajar a Londrina ou a Maringá, para saber se lá ainda perdura aberto um posto.

O posto de exames psicotécnicos funcionava num convênio com a Universidade Estadual de Maringá, e a Universidade, num convênio com o estado, colocava lá uma psicóloga e naturalmente o município contribuía com as demais obrigações para que o posto funcionasse. Mas infelizmente, ele foi desativado.

Estamos também, através de requerimento endereçado ao senhor governador do Estado, ao magnífico reitor da Universidade de Maringá ao chefe da CIRETRAN do Estado, apelando para que seja reativado novamente aquele posto psicotécnico que atendia aquela vasta região do Estado, vasta e produtora região de nosso Estado.

Se não for possível o convênio, por fatos que nós desconhecemos, estamos apelando ainda a sua excelência o governador, para que ele possa fazer um convênio com a Faculdade de Campo Mourão, que lá existe uma Faculdade com seis cursos já reconhecidos e funcionando, e que possa, num convênio com a Faculdade daquela cidade, reabrir o posto psicotécnico para atender aquela gente.

O Sr. Gilberto Carvalho Vossa excelência permite um aparte, nobre deputado?

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Concedo o aparte ao senhor deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Deputado Augusto Carneiro, quero cumprimentar vossa excelência, por esta reclamação e este apelo que faz ao governo do Estado, no sentido de instalar e reativar o posto psicotécnico de Campo Mourão. Acho uma necessidade, e o mais justo ainda seria se o governo, já que pretende eliminar Campo Mourão, e tem eliminado outras localidades, eu pleiteava, há pouco tempo, também e Jandaia do Sul com uma Faculdade, sem qualquer ônus,

porque a Faculdade, a Universidade Católica de Curitiba atende o psicotécnico lá em Jandaia uma vez por semana, o ideal seria eliminar de uma vez por todas o psicotécnico no Paraná, alterando as CIRETRANS no Paraná e proporcionando esses exames frios. O ideal já que não se pode fiscalizar como precisa, era eliminar de uma vez por todas o psicotécnico no Paraná. Mas se não se pode eliminar, que crie mais postos e fiscalize, para que possa atender a comunidade e para que não passe tanta dificuldade de se deslocar de Campo Mourão e ir à Maringá, para se conseguir este exame psicotécnico.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento. O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Agradeço o aparte de vossa excelência que vem enriquecer este modesto pronunciamento que fazemos a respeito do assunto. Estamos encaminhando à mesa requerimentos, para que possa dar sequência a esta formulação que fazemos da tribuna.

Encerrando esta minha participação, quero, repetindo, que no discurso do tempo e da História da comunidade da região Centro-Oeste do Paraná, com esforço, com luta, com trabalho, apresentando uma extraordinária produção que engrandece, enobrece e enriquece o Paraná, dizer que não seria justo agora, numa hora importante e de sérias dificuldades, que a região Centro-Oeste venha a perder duas das suas conquistas mais importantes para servir a nossa gente e a nossa região.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulta à liderança do PDS se fará uso dos restantes 15 minutos. (Declina).

Havendo declinado, consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra sua excelência o deputado José Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"1.- Quem me dera, se hoje eu viesse a esta tribuna para avaliar os resultados das eleições populares que tivessem eleito o presidente da República do Brasil. Por certo no gozo cívico do exercício democrático mais nobre, que a minha época não me permitiu ainda celebrar, ou estaria envolvido por uma alegoria que não me permitiria ufanar-me pela vitória do meu partido, e nem ficar alheio ao regozijo geral, se essa vitória fosse de outro partido. Pois acima dos posicionamentos programáticos, ideológicos ou doutrinários, pairaria a VITÓRIA DA DIGNIDADE HUMANA, a RESSURREIÇÃO DA LIBERDADE, e o IMPÉRIO DO DIREITO, dentro de cujas abrangências, o exercício da existência civilizada não composta a conduta facciosa, as alegrias de cúpula e as festas privilegiadas. Seria a festa nacional dos herdeiros desta Pátria que voltavam ao batismo de LIBERDADE no sangue de



TIRADENTES, a cultura juntos, a HONRA de Caxias, e a guardar com respeito o brado heróico de Dom Pedro I, de "INDEPENDÊNCIA OU MORTE".

§.1.a - Todavia, quisera a História que esta festa fosse agora, do NOBRE e AUGUSTO POVO ARGENTINO. Talvez, impondo-nos o castigo de passividade exagerada, nos fez expiar pela janela de nossa fronteira mais próxima, o VALOR DA DEMOCRACIA, que no simples "passe de mágica" eleitoral, apagou o luto de um povo; lavou o opróbrio de uma derrota de guerra; colocou na cadeia, generais apontados como culpados pela ditadura que enlutou e envergonhou a nação, e restabeleceu o ANIMO e a UNIDADE DO PAÍS.

2. - Com efeito, o povo argentino, de longa data vem dando lições de superioridade cívica, à toda a América latina. Primeiro, alicerçando os fundamentos de sua nacionalidade sobre um PROJETO DE DESENVOLVIMENTO, ascendeu no contexto mundial, na década de 1940, até que submergiu na ditadura militar, com a maior renda "per capita" do mundo; fazendo florescer uma agricultura que até hoje continua sendo modelar. Pois, é a única agricultura deste Planeta, que não tem subsídios governamentais, mas, pelo contrário, é responsável pela quarta parte do volume da balança de exportações argentinas, e fornece à ECONOMIA DO ESTADO, 2,5% da sua arrecadação interna. É pois, um desenvolvimento invejável! Depois, quando todos os países em condições militares de guerra se envolveram no último conflito mundial, o povo argentino pautou pela neutralidade, tirando da guerra o maior proveito econômico para o seu país; com cujos lucros consolidou o seu projeto de integração nacional, instalando um parque industrial supridor de todo o seu instrumental de desenvolvimento, e construindo a mais bem aparelhada rede ferroviária do Continente. E assim enquanto os demais países, inclusive o Brasil, empreendiam a tarefa de recuperação de guerra, o povo argentino, consolidava simplesmente, o seu DESENVOLVIMENTO. E sem mostrar nenhuma super-ambição de qualquer tipo de hegemonia planetária, porquanto, até o seu programa nuclear desenvolveu-se com comedimento, ponderação e as melhores intenções pacifistas, tanto que pouco se sabia dos avanços argentinos na área das ciências e da tecnologia nuclear, até bem pouco tempo, o povo argentino cuidava de elevar o seu padrão de vida ao máximo do bem estar humano, tanto no campo material, quanto, no intelectual. E por isso, ali florescia também, a CULTURA. Suas Universidades adquiriram equiparações mundiais de conceito; o Direito, saía dali, pelos seus melhores autores. E, onde o direito é expressão maior da cultura, evidente que a POLÍTICA é um exemplo de GRANDEZA HUMANA. A Argentina sobrepujava o Continente, mas, sem pretensões de extrapolamentos exter-

nos, NÃO ERA MANCHETES. Era apenas padrão de uma existência humana digna, que deveria ser copiada como exemplo.

§.2.a - Todavia, o dedo maligno do imperialismo norte americano, que sempre tem achado uma via por onde traçar o caminho do 3. Mundo, quando os demais países latinos começavam a buscar as sua emancipações através do princípio da AUTODETERMINAÇÃO, por onde Cuba tinha rompido o cerco, só que, com a infelicidade de ter de buscar proteção do outro hemisfério ideológico, encontrou as ambições militares de exércitos sub-desenvolvidos, que não titubearam em faltar à lealdade constitucional dos seus países, em busca de uma aventura mal posta, que encampou para o seio de suas nações, a "guerra fria", transformando-a em experiência suicida, como o nome "combate ao comunismo ateu". E por aí, fez continuamente inteiro afundar no mais negro período da história humana, depois do período da "Idade Média", sob o domínio de ditaduras militares que estabeleciam como facção oposta, as suas respectivas nações, e, como efetivos a aniquilar, as suas instituições, as suas histórias, as suas culturas e enfim, todas as bases plantadas pelos nossos antepassados, capazes de nos darem sustentação nos foros internacionais, e no nosso desenvolvimento.

§.2.b - Desse projeto imperialista. é claro, não podia escapar o povo argentino. E assim, também submergiu ao jugo dos seus próprios exércitos. E, como nos demais países, também foi aniquilada em suas instituições, em sua economia, em sua unidade nacional, e retalhado pela insânia de um militarismo que via em todos os que fizessem parte do seu próprio povo, como um inimigo em potencial. Tal conjuntura, gerou as reações contrárias da nação; e surgiram as organizações que buscavam, pelas mesmas vias de violências, a restauração da LIBERDADE e da SOBERANIA NACIONAL. Mas, foram massacradas com ódios, recrutados, e com violências redobradas. E, para mostrarem ao mundo, que tinham aquele povo sob jugo irrompível, os militares argentinos, instigados pelo governo Norte Americano, conforme amplamente denunciaram, procederam a ocupação das Ilhas Malvinas, num confronto de proposições imprevisíveis ao tempo de sua deflagração, com a Inglaterra de além mar; jogando assim, os jovens que serviram ao exército, num massacre repugnante, contra uma das maiores e bem aparelhadas esquadras marítimas do mundo. E o resultado não poderia ter sido outro, à traição de quem os incentivou à guerra, senão o luto e a vergonha da nação, por uma capitulação humilhante.

§.2.c - entretanto senhor presidente, senhores deputados, não obstante ter sido envergonhada por esse emaranhado imperialista que confundiu o seu destino, por algum tempo, o povo argentino vem novamente dar uma lição de GRANDEZA MAIOR aos povos

latinos, quando, sob o impacto do maior escândalo econômico de nosso tempo, que envolve o mundo com o Brasil, e sob cujas denúncias, os militares brasileiros continuam fiéis às diretrizes do fundo Monetário Internacional, do Clube de Paris, e pela defesa dos interesses dos banqueiros internacionais, contra os mais legítimos direitos nacionais de SOBERANIA, de AUTO-DETERMINAÇÃO e de progresso, os militares argentinos capitulam diante da nação; promovendo eleições diretas livres, limpas, soberanas e distituidas de quaisquer casuismo que pudessem machulá-las, para constituírem sobre si, a CHEFIA MÁXIMA da NAÇÃO, embasada no princípio único de legitimidade de poder, da AUTORIDADE CONSTITUIDA. Por cujo ato de humildade militar, as Forças Armadas argentinas, resgataram a sua honra perante a sua nação e perante todos os povos livres, e aqueles que lutam pela liberdade; buscando no comando civil da Presidência da Nação, a conciliação que lhes lave a INTEGRIDADE MORAL e lhes restaure a confiança do país, para que sob a retomada do império da LEI e do DIREITO, o povo argentino reencontre aquele seus destino de PROSPERIDADE e de abnegação nacional. E esta lição de FIRMEZA DE CARÁTER, de PERSISTÊNCIA e de FÉ EM SUA HISTÓRIA, nos temos de reconhecer no nobre povo irmão. Tomando como exemplo às nossas portas, de que a ditadura militar que tantos males ocasionou aos países latinos, agoniza os seus derradeiros momentos. E nós não deveremos esmorecer a nossa marcha sobre as bases revolucionárias, porque se a ditadura agoniza, ainda não está morta. E como o povo argentino pelos caminhos da paz, mas com determinação nacional contra a desonra e os vilipêndios militaristas, reconquistou o seu destino de GRANDEZA, o povo brasileiro haverá de em muito breve tempo, reconquistar também, a CHEFIA DA NAÇÃO E DOS SEUS EXÉRCITOS, porque essa é a única ordem legítima e capaz de conduzir um povo em sua jornada histórica.

3. - Não poderia pois, deixar de saudar a DEMOCRACIA que acabou de chegar à Argentina. Pois, como frutos do desenvolvimento do homem na busca do melhor equacionamento do seu destino sobre a terra, nós sabemos que a DEMOCRACIA não será privativo do povo argentino, que tanto a merece; mas, chegará também, até a nossa Pátria, e nos coroarão com a mesma alegria que apaga hoje, o luto e a vergonha do povo argentino. Eis que, nós também estamos enlutados, não por jovens assassinados numa guerra inconsequente, mas sim, pelos nossos trabalhadores imolados nos balcões da agiotagem internacional, para que as contas azuis das oligarquias do poder nos bancos suíços não sofram alterações de saldos pelas nossas crianças que morrem de subnutrição, porque os senhores do poder privam-nas do alimento, para conseguirem com ele, superavit's no seu balanço de pa-

gamentos; por uma nação, enfim, que já não tem mais o que perder, porque está comendo as suas últimas reservas, enquanto as oligarquias do poder passeiam pelo mundo, tratando de negócios fabulosos, sobre os quais não têm para quem prestarem contas. nós também estamos cobertos de vergonha, pelo calote que à nossa revelia, os senhores do poder aplicaram à comunidade poupadora mundial, e que hoje é atribuído ao país; pelo governo paralelo do FMI que arbitra a nossa economia e todo o nosso relacionamento externo, por cumprimento de cujas metas, o senhor general presidente sitia a Capital da República e cerca o Congresso Nacional, sem nenhum constrangimento perante os povos vizinhos que, como a Argentina, nos dão lições invejáveis de SOBERANIA e de COMPOSTURA POLÍTICA.

4. - O povo do Paraná, em suas limitações federativas já festejou a mesma graça, quando, nas eleições de 1982, pode dizer seu basta, à ditadura, elegendo pelo voto, o seu governador. E já podemos dizer ao povo argentino, que não estamos arrependidos; pelo contrário, estamos orgulhosos do governador eleito; e estamos certos que, com um presidente também eleito, nós vamos ter os melhores relacionamentos com o povo irmão da Argentina.

§.4.a - Em nome do povo paranaense, que aqui já realiza o exercício da DEMOCRACIA, saúdo o POVO ARGENTINO, que no próximo dia 10 de dezembro, dará posse ao seu PRESIDENTE ELEITO, para a retomada do GOVERNO LEGALMENTE CONSTITUÍDO do País:" O Sr. Tadeu França - Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado José Fonseca, nesse aparte, quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo com que vossa excelência analisou a volta do poder, ao povo da Argentina. Na realidade, perante as brilhantes razões expostas e a comparação com o nosso País, eu fico a me indagar se, nesse processo de agonia da ditadura, como vossa excelência tão bem frisou, quem perde para quem, em mentira?

Ainda há um pouco, o Brasil todo surpreendeu-se, por afirmações do presidente Figueiredo, quando dizia que ele quer eleições diretas mas que o PDS não as pretende; aí está o exemplo da farsa da controvérsia de um capitão desarmado, de um exército acostumado e sedimentado no arbitrio e que confessa sem forças para reconduzir aquilo que se intitulou de abertura democrática. Não conseguimos discernir mais quem se exime em termos de maior prepotência neste país, se o presidente Figueiredo, ou se o inexistente do PDS, segundo palavras do próprio Delfim Netto pela imprensa brasileira.

Parabéns portanto a vossa excelência enquanto nós aqui temos a certeza e alimentamos a convicção de que a jornada democrática, muito mais do que confissões de fraqueza do presidente João Figueiredo haverá de ser, sim, uma conquista do povo

brasileiro, da mesma forma como o grande povo irmão da Argentina soube conquistá-la!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Muito obrigado pelo aparte.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Basptista) A presidência consulta a liderança do PMDB, se fará uso dos 10 minutos restantes?

Esta Mesa registra a visita do vereador de Ponta Grossa, senhor Altair Coelho, do PDS, bem como dos senhores deputados Federais José Tavares, e Sebastião Rodrigues.

Concedo a palavra, no horário da Liderança, ao senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor presidente, senhores deputados.

Vimos ontem na televisão, e hoje está estampado em todos os jornais do Brasil, as declarações do general Figueiredo dadas na Nigéria, quando da sua visita àquele País, declarações que, realmente, vem de encontro ao anseio da comunidade nacional.

O general Figueiredo, talvez um pouco mais sensível do que a Bancada do PDS no Congresso Nacional, mais sensível do que a Bancada do PDS no Congresso Nacional, mais sensível do que a bancada do PDS nas Casas Legislativas de todos os Estados, do que a cúpula pedessista, declarou, de público, para a nação e para o mundo ver e ouvir, que ele é favorável à eleição direta para presidente da República, mas o general ressaltava nas mesmas palavras, até mesmo como um certo desgosto, de que o Partido seu, o Partido do PDS não concordaria com essa prática democrática. Realmente, senhor presidente e senhores deputados, os militares fracassaram, no Poder, deram sua prova de incompetência e incapacidade de administrar uma Nação, e prova é, o estado em que se encontram todos os países onde os militares através de golpes tomaram o Poder, e levaram esses países, conseqüentemente, à bancarrota, para o caos econômico, para o caos social e hoje no mundo, principalmente na América Latina, nós estamos vendo que já está insustentável a permanência dessa classe no poder nesses países do nosso continente.

A Argentina conquistou através da pressão do movimento popular, o direito de escolher e eleger o seu presidente livremente, em bem menos tempo do que nós os brasileiros haveremos de conquistar.

O povo argentino foi às urnas maciçamente, deu uma lição de democracia para o mundo, mostrou que o povo, que a sociedade quer no poder alguém que legitimamente represente os anseios e os interesses da comunidade.

Lamentavelmente, senhor presidente, senhores deputados, o Partido oficialista a nível nacional, a Arena de ontem, que era o verdadeiro desodorante do poder, que, de cócoras deu sustentáculo ao regi-

me, que apoiou as decisões da tecnocracia nesse nosso Brasil, quando se vê na iminência de perder a sombra do poder, reage de maneira anti-democrática e diz de público que não deixará de maneira alguma, escapar de si, a oportunidade de eleger o próximo presidente da República. Lamentavelmente, senhor presidente, senhores deputados, o PDS está hoje dando a demonstração do seu reacionarismo, do seu continuismo e de que quer que nesse Brasil tudo continue como está, ou que piore, como é a tendência que estamos notando nesse nossos dias.

Concedo o aparte ao deputado Werner Wanderer.

O Sr. Werner Wanderer - Deputado Sérgio

Spada, vossa excelência tem razão de reclamar do desbafo do presidente da República, só que eu gostaria de alertar um fato importante que vossa excelência não está falando hoje. A regra do jogo do Colégio Eleitoral foi definido antes das eleições. Como vossas excelências perderam as eleições vêm agora reclamar. Eu acho que vossa excelência não tem razão porque o Colégio Eleitoral estava definido: quem ganhasse, levaria. Tanto é verdade que essa Assembléia aprovou o nome de Maurício Fruet, prefeito de Curitiba, porque a regra do jogo era esta e foi definida a regra do jogo antes das eleições e o povo escolheu a maioria do PDS. Agora, não quer dizer que esses deputados são contra as eleições diretas e eu dizia há poucos dias atrás numa entrevista: "Nós abrimos mão do direito que nós adquirimos através das urnas. O PDS abre mão, esse deputado abre" e nada melhor do que a eleição, porque o exemplo está aqui no Paraná. Se a eleição fosse hoje, vossas excelências teriam uma grande surpresa, porque foi prometido tanto e tanto, O povo está aqui: é só falar com o motorista de taxi, com as balconistas, conversar com o povo do Paraná, que esperava que as prestações da casa baixassem, que a energia elétrica não aumentasse mais, que o preço da passagem de ônibus diminuísse e nada disso aconteceu e tudo isso foi prometido na eleição.

Então, eu gostaria de dizer a vossa excelência, se o presidente falou e o PDS, a direção do PDS Nacional está reclamando para que seja mantida a regra do jogo, o PDS não está fazendo mais do que aquilo que conquistou através das urnas, que foi no dia 15 de novembro, há um ano atrás. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte de vossa excelência, só que vossa excelência esquece de que o atual Colégio Eleitoral que vai eleger segundo as regras atuais, que acredito que não perdurarão até o momento da substituição do general Figueiredo, prevê neste Colégio Eleitoral a inclusão dos senadores biônicos.

O Sr. Werner Wanderer - E que o Paraná tem um.

O SR. SÉRGIO SPADA - lamentavelmente, criado pelo partido de vossa excelência este mesmo Colégio Eleitoral, nobre deputados, está composto de parlamentares e delegados de todos os Estado da Federação.

Mas, contrastadamente, o Estado de São Paulo tem praticamente o mesmo número de delgados que tem o estado do Rio Grande do Norte, pois que o PDS e o sistema fez daqueles pequenos estados do Nordeste praticamente equiparação com esses grandes Estados do Sul, no efeito para a composição desse Colégio Eleitoral.

O Sr. Tadeu França - Vossa excelência me permite um parte? (Assentimento) Deputado Sérgio Spada, sua análise é brilhante e aproveito para lembrar ao deputado Werner Wanderer de que para o democrata só existe uma regra do jogo. E esta única regra do jogo se chama consulta ampla, ir-restrita à voz do povo que está em cima de qualquer arbítrio traçado.

Enfatizamos ainda que, a nível menor estadual, por exemplo ou municipal, puderam atrelar as regras do jogo. A nível nacional é o momento do PDS pelo menos redimir-se um milésimo de todas as seqüelas anti-povo que traçaram em todos os últimos vinte anos.

Regra do jogo é esta, caro deputado, é consultar a soberana vontade popular. Desta forma, enfatizamos ainda que o que está por acontecer a nível de se legitimar um desrespeito à consulta popular, é novamente uma afronta ao País.

E quando se fala que o povo do Paraná está descontente com o atual governador que basta consultar, basta lembrar, deputado, que o Instituto Gallup de pesquisa exatamente consagrou José Richa em primeiro lugar no País a nível de governante de oposição e simpatia popular.

O SR. SÉRGIO SPADA - Eu agradeço o aparte de vossa excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa excelência me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA - Lamentavelmente o tempo se encontra praticamente esgotado, nobre deputado. Está aí um teste para provar se realmente o PDS nesse Brasil é ou não democrático. Se é, aceite a vontade da Nação, acate o desejo do presidente da República e juntamente com as oposições no Congresso Nacional aprove uma emenda que devolva ao povo o direito de escolher o seu presidente da República.

Esse é o anseio e é isso o que a sociedade brasileira está reclamando, nobres deputado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão para o Projeto de Lei n.º 182/83, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.** ao Departamento Legislativo.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 182/83, de autoria do deputado TADEU LÚCIO MACHADO e outros, que dá redação a Lei n.º 6639 de 05/12/74, e dá outras providências. (Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEEPPA). Com parecer favorável e substitutivo geral da C.C.J. e parecer favorável da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. -

Em discussão o projeto e substitutivo. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor presidente.

Está em discussão o Projeto 39, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - 182/83.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Em votação o Substitutivo. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado** o substitutivo geral, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 39/83 de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível Estadual e dá outras providências. Com pareceres da C.C.J. e C.S.P. Favoráveis ao projeto e pareceres da C.E.M.A., e C.A., favoráveis ao substitutivo geral da C.E.M.A., por unanimidade. Com emenda de Plenário. Em regime de urgência: em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor presidente.

Senhor presidente, verificando a emenda apresentada neste projeto, uma emenda ao substitutivo à lei de Agrotóxicos, tem várias emendas feitas a caneta, e eu não sei o que está valendo aqui nesta. Eu gostaria que vossa excelência verificasse o que está valendo e que as notas taquigrá-

ficas pudessem registrar porque nós não estamos sabendo o que está valendo nesta emenda, porque ela está rasurada com a caneta e eu não sei que ela significa aqui, há várias emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere e fará consulta para entender as emendas a caneta.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO DE ALENCAR FURTADO - Sobre emenda para poder fazer os esclarecimentos ao ilustre deputado.

Primeiro, justificando esta emenda, pela exiguidade de tempo e por não pretendermos atrasar a votação deste projeto, já em terceira discussão, pela exiguidade de tempo, reafirmo: fizemos alguns reparos à própria mão, de próprio punho. É emenda ao Projeto de Lei 39/83 que dispõe sobre o controle dos agrotóxicos. A indústria importadora... inclusão no parágrafo primeiro, ficando a redação de seguinte forma:

A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulando cadastramento previsto nesta lei apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrar, mediante requerimento dirigido a Secretaria da Agricultura, no prazo de noventa dias os seguintes documentos: alteração exatamente no prazo de noventa dias.

Observação: com inclusão do prazo neste parágrafo fica anulado o parágrafo 5º, evitando-se a redundância desnecessária.

Parágrafo 3º, letra "E" e "F" que passarão a ter a seguinte redação:

e) certidão de classificação toxicológica expedida pela Secretaria de Saúde e pela SURHEMA, do Ministério da Saúde obedecendo as normas e critérios. Essa é uma outra parte feita de próprio punho.

Em substituição ao 5º artigo anulado com a inclusão do prazo no parágrafo 3º, propõe-se a seguinte redação: caso a indústria ou manipuladora de agrotóxicos e outros biocidas não dispuser de todos os dados exigidos nesta lei, as Secretarias da saúde, da agricultura e a SURHEMA poderão firmar convênios com universidades ou centros de pesquisas oficiais ou privados, nacionais ou internacionais, com ônus repassados para a empresa interessada na comercialização. Acredito que era somente isso senhor deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor presidente.

Eu estou satisfeito com a informação e solicito à Mesa que, em outras emendas futuras, é claro que cabe ao parlamentar proceder as emendas que julgar necessárias, mas que a Mesa determine a correção antes de colocar em votação para não acontecer uma alteração numa mensagem que não sabem como está votando. Eu estou satisfeito pelo esclarecimento prestado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Em votação a emenda, os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei complementar n. 79/82, de autoria do deputado AIRTON CORDEIRO, que dispensa o presidente, o secretário e o tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná das atividades normais de seus cargos públicos, conforme específica. Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.R.H. e C.E., por unanimidade. Em regime de urgência. - Em votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Para encaminhar, concedo a palavra a sua excelência deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor presidente, senhores deputados.

Em encaminhamento de votação gostaríamos de registrar que no ano passado, no primeiro semestre, quando o PMDB começou a estabelecer uma equipe para fundamentar as diretrizes do governo que pretendíamos alcançar em quinze de novembro, como de fato alcançamos, encarregado que fomos pelo Partido para entrar em entendimentos com a Associação dos professores do Paraná, conhecemos uma das reivindicações da classe, que era justamente em consonância com dispositivos federais que regulam a matéria na organização sindical deste País, fazer com que os diretores de várias entidades, entre as quais a Associação dos Professores do Paraná, ficassem dispensados do exercício das suas atividades próprias funcionais na estrutura governamental do Estado.

Tão logo, em março deste ano, o governador José Richa assumiu o governo do Estado, a Secretaria de Educação e Cultura deu encaminhamento à solução deste problema, dispensando os membros da diretoria da Associação dos Professores do Paraná do cumprimento das suas obrigações funcionais. E nós tivemos oportunidade, na Comissão de Educação desta Casa, de fazer anexar os expedientes da Secretaria de Educação e Cultura, solicitando as providências a nível do Executivo. Só no dia 03 de novembro é que sua excelência o senhor governador do Estado despachou o expediente, no sentido de determinar a dispensa, oficializando portanto a dispensa já anteriormente dada pela Secretaria de Educação.

Atendendo a uma das reivindicações antigas desta classe, da classe dos professores do sistema estadual de ensino.

E nesta Casa o ilustre deputado Airton Cordeiro, em data de 30 de junho de 1982, apresentou um projeto de lei que agora entra em segunda discussão, com o mesmo ob-



jetivo, mas que infelizmente não se tornou lei na legislatura passada. E nesta, mediante inclusive requerimento de regime de urgência, tramitou na Casa, inclusive na Comissão de Educação, onde recebeu em todas as Comissões, o devido parecer favorável.

Quanto a nós, do PMDB, que queremos que a administração estadual se fundamente principalmente em atos de leis, em leis e não em decretos ou portarias, somos inteiramente favoráveis a que este projeto seja aprovado nesta Casa. Mas deixando claro, nesta oportunidade, que o objetivo pretendido neste projeto já está com plena vigência na atual administração do Estado. E lamentando que uma providência destas, das mais justas, não tenha sido tomada num tempo hábil, dentro inclusive de própria legislatura passada, na oportunidade em que o deputado Airton Cordeiro apresentou este projeto de lei. De modo que nós votaremos favoráveis a este projeto, para demonstrar de um lado, que estamos de acordo com a iniciativa do deputado Airton Cordeiro; por outro lado, ela vem de encontro a uma providência que já é fato concreto na administração atual do governo finalmente para dizer que nós devemos ter na administração atual do governo; e finalmente para dizer que nós devemos ter na administração do Estado, um império permanente da lei, em detrimento do decreto.

Obrigado, senhor presidente. -(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Continua em votação o Projeto de Lei n.º 79/82. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, artigo por artigo.).

2.º DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 53/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao art. 43 da lei 7.074 de 02/01/79. (HONORÁRIOS DE ADVOGADOS EM AÇÕES FISCAIS EM FAVOR DO ESTADO). Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência.

Sob o referido projeto, emenda substitutiva de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 1.º  
AO PROJETO DE LEI N.º 58/83. (OK)

O art. 1.º do Projeto de Lei n.º 53/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - O Art. 43 da Lei n.º 7.074 de 02 de janeiro de 1979, passa a ter dois (2) parágrafos e a seguinte redação:

Art. 43 - as importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogados, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, reverterão ao patrocinador da causa, segundo os critérios abaixo indicados:

I -	sucumbência até	40 Ortn	- 100%
II -	de 41 à	80 Ortn	- 95%
III -	de 81 à	120 Ortn	- 90%
IV -	de 121 à	140 Ortn	- 85%

V -	de 141 à	200 Ortn	- 80%
VI -	de 201 Ortn	acima	- 75%

§- 1.º - Os percentuais excedentes aos correspondentes a sucumbência do patrocinador da causa, serão revertidos à Secretaria a justiça, dotada especificadamente à manutenção da Assistência Judiciária Gratuita, sendo proibido a aplicação de tal dotação à qualquer outro fim, sob a pena do percentual ser revertido ao fundo assistencial da governadoria;

§- 2.º - Até a regularização final da Assistência Judiciária gratuita, a dotação deverá ser aplicada em caderneta de poupança gerida por entidades financeiras pertencentes ao Estado, sendo vedada sua utilização à qualquer fim fora do específico.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento - Sérgio Spada, Roberto Requião, Nestor Baptista, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus, Adhail Sprenger Passos, Tadeu França e José Antônio Fonseca.

Em votação a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor presidente, solicito que seja feita a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda a leitura da emenda substitutiva.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê).

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) em votação o Projeto. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 131/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 102/83), que concede aos pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, gratificação especial, estabelecendo ainda que nenhuma pensão paga pelo IPE será inferior ao salário mínimo regional, conforme específica. Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência.- aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 174/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 106/83), que limita contratação de empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até 1.000.000 (Um Milhão) de O.R.T.N.s. Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 130/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 103/83), que concede ao funcionalismo público civil e militar e aos pensionistas do Estado, gratificação especial, correspondente ao vencimento ou soldo básico, conforme específica. Com pare-



ceres favoráveis da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 130/83.  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º o funcionário civil e militar, inclusive inativo, perceberá, à parte e exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor do seu vencimento básico ou soldo básico desse mês, excluídos adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

§ 1.º A Gratificação prevista neste artigo será paga proporcionalmente ao período de exercício durante o ano, com base de 1/12 avos por mês.

§ 2.º Para efeito da gratificação especial, será considerado como frequência integral, o mês em que houver exercício funcional por tempo igual ou superior a 15 dias.

Art. 2.º Os funcionários civis ou militares afastados do exercício do cargo, sem vencimentos, não terão computado esse período para efeito do cálculo da gratificação especial instituída por esta lei.

Parágrafo único. Também não será computado o período de afastamento dos funcionários colocados sem ônus para o Estado, à disposição de órgãos diferentes da lotação originária.

Art. 3.º a gratificação especial do ano que em o funcionário faltar será paga à sua família, com base no vencimento ou soldo do mês em que se verificar o falecimento, observado o critério de proporcionalidade estabelecido nesta lei.

Parágrafo único. Para efeito da base do cálculo e da proporcionalidade, será considerado como de frequência integral, o vencimento ou soldo do mês do falecimento.

Art. 4.º Os pensionistas do Estado, perceberão em separado no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor de um salário mínimo regional.

Parágrafo único. O pensionista do Estado que perceber a pensão cumulativa com a do Instituto de Previdência do Estado, perceberá a gratificação especial correspondente somente a pensão paga pelo IPE.

Art. 5.º Os benefícios concedidos por esta lei, vigoram a partir de 1.º de janeiro de 1983.

Art. 6.º para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7.º da vigente lei Orçamentária, modificado pelo art. 9.º da Lei n.º 7.722 de 1.º de julho de 1983.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130/83.

O Projeto de Lei em pauta, oriundo de mensagem governamental, objetiva a concessão ao funcionário público civil e militar, inclusive inativo, uma gratificação especial correspondente ao valor básico ou soldo básico do mês de dezembro de cada ano, excluídos os adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

O projeto, ao qual não se pode negar um indiscutível conteúdo social, substancia o cumprimento por parte do excelentíssimo senhor governador do Estado de promessa feita ao funcionalismo público estadual e, ressalva-se, que a crise financeira nacional, agravada no Paraná pelos recentes problemas ocasionados pelas enchentes, não afastou o Poder Executivo do atendimento a este velho anseio do servidor estadual.

No que respeita ao aspecto constitucional, vemos que a iniciativa se enquadra no disposto no Art. 35 da Constituição Estadual, não havendo qualquer óbice de natureza legal que se lhe possa antepor.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das comissões, em 27/09/83.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente e Relator.

Comissão de Recursos Humanos  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130/83

O governo Estadual intenta, com a presente proposição, conceder ao funcionalismo público civil e militar, inclusive inativos, uma gratificação especial correspondente ao respectivo vencimento e soldo básico, a ser pago no mês de dezembro de cada ano, sendo que a gratificação do pessoal inativo terá valor igual ao do salário mínimo regional.

O aspecto constitucional e financeiro do Projeto já foram devidamente analisados pelas respectivas Comissões, que lhes assinam pareceres favoráveis.

A matéria que ora se oferece para apreciação desta Casa, encerra na verdade medida paliativa, quando poderia conceder aos funcionários públicos estaduais, não apenas um vencimento e soldo básicos mas um vencimento global, consistente em uma remuneração e soldo básicos com a incorporação dos adicionais e vantagens, dando-se, dessa forma, uma consistência maior à referida gratificação especial.

No âmbito desta comissão, nenhum impedimento existe capaz de obstar a normal tramitação do Projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator.

Comissão de Finanças  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130/83

O presente Projeto de Lei n.º 130/83, oriunda da mensagem governamental n.º 103/83, que objetiva conceder aos funcionários públicos e militares do Estado, inclusive inativos, uma gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano, em valor correspondente ao do respectivo vencimento ou soldo, com exclusão dos adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

O aspecto legal e constitucional da matéria, foi devidamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do processo, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

Analisando o aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que o próprio texto do referido projeto em seu Art. 6.º, prevê o meio orçamentário que irá suprir as despesas que ocorrerá com a sua execução, não havendo assim, qualquer impedimento que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável por sua Aprovação, deixando o análise mais detalhado da presente, a cargo da Comissão de Recursos Humanos, principalmente o contido no Art. 1.º, onde se exclui o pagamento dos adicionais, gratificações e vantagens para o funcionalismo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/10/83.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 86/83, (Mensagem n.º 99/83 Ex-Proposição n.º 100/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo de revigoração e retificação de 26/06/83, ao convênio n.º 03/83, celebrado em 26/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Santa Helena, com a interveniência da SUDESUL, objetivando alterar prazos para execução das obras convencionadas e de vigência do convênio e revigora as demais cláusulas.  
Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 87/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 91/93), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa especial de Controle da Erosão do solo no Nordeste do Paraná - PRONOROESTE.  
Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 88/83, (Mensagem n.º 82/83 Ex-Proposição n.º 83/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e

Justiça, que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado, e, 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Centenário do Sul para a construção do terminal de passageiros nessa cidade. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Herminia Binek Shults Machado, ocorrido nesta Capital. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao senhor Apollonio Taborda França, pelo lançamento do livro "O Nosso Alfabeto". - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, subscrito também por demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 212/83, que trata da autorização para a padronização das identidades estudantis, com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º graus. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho da Rodovia PR 340, entre os municípios de Tibagi e Telêmaco Borba. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Conselho Regional de Economia, extensivos ao Conselho Federal de Economia e Federação Nacional dos Economistas, pela realização do 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, nesta Capital. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a instalação de um centro de Ensino Supletivo, no município de Ponta Grossa. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, encarecendo liberação de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de combustível para o parque de máquinas da Adminis-

tração municipal de Juranda. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a criação e implantação de um posto de saúde no distrito de Alto São João, no município de Roncador. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de materiais para atendimentos médicos gerais, bem como a realização de estudos objetivando a melhoria nas instalações dos postos de saúde do município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a criação e instalação de um escritório da COPASA, bem como uma unidade armazenadora, no município de Mamborê. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a liberação de recursos para a recuperação de 98Km. de rodovia através de cascalhamento, no município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, objetivando o apoio tecnológico e financeiro para a implantação da rede de água em um conjunto habitacional a ser construído no município de Goioerê. Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao doutor Heitor Borges de Macedo, pelo lançamento de seus livros "Rememorando Curitiba" e "Os meus 90 anos". Aprovado. ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando a instalação de uma agência do BANESTADO no distrito de Lidianópolis, município de Jardim Alegre. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro dos Transportes, encarecendo urgência na conclusão da pavimentação da BR-153, no trecho compreendido

entre a rodovia do Café e o município de Tibagi. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento de acesso ao distrito do Rio do Peixe à PR-435, que liga Congonhinhas a Ibaiti. No Norte do Estado, numa extensão de 500m. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente ao senhor diretor presidente do BANESTADO S/A., por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a reativação da Regional do Órgão Financeiro, no município de Campo Mourão. aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo soluções ao impasse criado com a paralisação do Convênio com a Universidade Estadual de Maringá para a execução de exames Psicotécnicos no município de Campo Mourão. Aprovado. ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, para que o mesmo determine aos órgãos competentes, providências no sentido de reativar o Posto de Exames Psicotécnicos do município de campo Mourão. Aprovado. Ao Departamento legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor reitor na Universidade Estadual de Maringá, para que o mesmo em contato com o DETRAN, procure sanar o impasse criado pelo fechamento do posto de exames psicotécnicos do município de Campo Mourão. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor diretor superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, quanto ao prédio no Juvevê, cuja aquisição está em estudos por aquele Instituto. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a remessa e esta Casa de Leis, de projeto de lei estabelecendo remuneração condigna aos subdelegados de polícia. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a criação e instalação do 2.º grau no distrito de Rancho Alegre, no município de Goleerê. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento ligando Congonhinhas a São Jerônimo da Serra. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 158/83.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 34/83.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 53, 82, 131, 174 e 182/83.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 130/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 86, 87 e 88/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 36, 45 e 186/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 89, 90, 91, e 92/83.

Levanta-se a sessão.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983.  
(QUINTA-FEIRA.)

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

Às 15,30 horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto

Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 16/83, (Mensagem n.º 01/83), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Santa Helena, visando obras de controle de erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão Urbana conforme Programa de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.- Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n.º 16/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 17/83, (Mensagem n.º 24/83), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, com a intervenção do Instituto Nacional de Alimenta-

ção e Nutrição objetivando a execução do Programa de Nutrição e Saúde no Estado do Paraná. Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n.º 17/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os sexto e sétimo termos aditivos datados, respectivamente, de 14 de julho e 14 de dezembro de 1983, ao convênio n.º 19/80, celebrado em 13 de fevereiro de 1980, entre o estado do Paraná e o MINISTÉRIO DA SAÚDE, com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando a execução do Programa de Nutrição e Saúde - PNS, no estado do Paraná.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 18/83, (Mensagem n.º 23/83), que aprova o convênio n.º 408/82 de 29/12/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, objetivando execução de obras em conformidade com o "PRODOPAR". Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n.º 18/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio n.º 408/82, celebrado em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 19/83, (Mensagem n.º 05/83), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 20/10/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Guaratuba e Verê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982. Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n.º 19/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 20 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Guaratuba e Verê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 20/83, (Mensagem n.º 25/83), que aprova convênio n.º 407/82 de 20/12/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com a interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n.º 20/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado o convênio n.º 407/82, celebrado entre o estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e a superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 21/83, (Mensagem n.º 22/83) que aprova os termos aditivos datados de 25/11/82, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. Aprovado.

Redação Final do Projeto  
de Resolução n. 21/83.  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os primeiros termos aditivos datados de 25 de novembro de 1982 aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de AMPÉRE, CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CHOPINZINHO, CORONEL VIVIDA, FRANCISCO BELTRÃO e SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Inter-

municipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.